

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	23
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	27
10.8 - Plano de Negócios	28
10.9 - Outros fatores com influência relevante	29

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

A Companhia está exposta aos riscos normais do negócio que podem afetar os resultados operacionais, financeiros e a própria perspectiva futura do negócio.

Dentre os riscos pode-se destacar:

- a) Risco de mercado – o mercado de comunicação e capacitação à distância encontra-se em fase de consolidação, portanto quaisquer mudanças em termo de perfil de clientes, soluções ofertadas, preços, fornecedores, podem afetar o desempenho operacional e financeiro da Companhia;
- b) Política Regulatória – para oferecer soluções de comunicação via satélite, a Companhia necessita de licença de operação por parte da ANATEL, mesmo considerando que a atual licença está em fase de renovação, mudanças nas regras de funcionamento podem afetar a Companhia;
- c) Risco de Crédito – a Companhia ao longo dos últimos 05 anos vem promovendo ações de redução do nível de endividamento, o que minimizou significativamente seu risco de crédito, porém este pode afetar os planos de investimento da Companhia;
- d) Tecnológico – as soluções ofertadas pela Companhia estão baseadas em tecnologias de satélite e internet, disponíveis no mercado. As mudanças quanto à disponibilidade, preços, inovação, obsolescência podem afetar a Companhia.

Diante dos riscos identificados a Companhia adota uma postura preventiva, buscando alternativas que minimizem o impacto de qualquer uma das hipóteses descritas acima. Do ponto de vista de mercado a Companhia busca constantemente validar suas soluções às demandas de mercado, seja através de estudos de mercado ou até mesmo em pesquisas de satisfação da base de clientes. Do ponto de vista das políticas regulatórias a Companhia se antecipou ao vencimento da licença e já iniciou as tratativas de renovação da licença junto à ANATEL. Quanto ao risco de crédito, além da própria redução do endividamento, o que diminui a necessidade de captação de recursos, a Companhia busca constantemente ampliar o leque de fornecedores, além de contar com a possibilidade de captação de recursos com os próprios acionistas controladores, mediante contratos de mútuos. Por fim, em se tratando do risco tecnológico, a Companhia procura acompanhar as tendências de mercado, participando de congressos, feiras, simpósios, entre outros, além de incorporar em suas soluções novas tecnologias, após o processo de homologação.

i. Risco de taxa de juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Por considerar que tais riscos não tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

ii. Risco de crédito

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Em 31 de Dezembro de 2012 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 1.224 (R\$ 901 em 31 de Dezembro de 2011 e R\$ 903 em 31 de Dezembro de 2010).

Clientes	31.12.2012	31.12.2011	2010
Públicos	1.416	1.339	1.410
Privados	838	587	503
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.030)	(1.025)	(1.010)
	1.224	901	903

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 20 dias.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é composto, substancialmente, por valores em atraso de 180 dias.

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2012	31.12.2011
A Vencer	1.220	900
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	3	1
31 a 60 dias	1	
61 a 90 dias		
Mais de 90 dias	1.030	1.025
	2.254	1.926

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobertura de eventuais perdas. Do montante total constituído, R\$ 875 estão sendo objeto de discussão judicial.

iii. Risco de mercado

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia nacional e realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não há controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

há como prevê-las. Os negócios da Companhia a situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- risco de preço;
- regulamentação do setor; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e pode aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Eventuais futuras medidas do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra dos seus clientes e pagadores, para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de seus custos, o que poderá resultar em aumento dos custos da Companhia e afetá-la adversamente.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade e afetar adversamente os preços de energia, podendo impactar, conseqüentemente, o resultado financeiro da Companhia. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade se ocorrerem aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações e atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia desenvolve suas atividades mediante concessão para operação de transmissão de sinal de satélite por parte da ANATEL. A licença normalmente é concebida por períodos de 10 (dez) anos. A licença da Companhia será renovada em 2013, sendo que qualquer alteração na política de concessão pode afetar as atividades da Companhia.

iv.Risco de liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

A Companhia procura reduzir o tempo médio de recebimento e alongar o perfil da dívida, para melhorar seu índice de liquidez e reduzir a pressão de pagamentos no fluxo de caixa, entretanto, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e operações, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, incluindo objetivos, estratégias e instrumentos:****a. riscos para os quais se busca proteção**

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia entende que não há necessidade de buscar proteção especial para nenhum tipo de risco, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas, não formalizadas, consistem em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evita assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros).

b. estratégia de proteção patrimonial

A estratégia de proteção patrimonial está relacionada com a própria gestão de risco, ao passo que a Companhia monitora os riscos e adota medidas de minimização destes.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial

A companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, dado que os riscos financeiros aos quais estamos expostos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza nossos riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrerem perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.

e. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui estrutura organizacional específica de controle de gerenciamento de riscos, sendo tal análise realizada pela própria Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os controles internos para monitoramento de riscos estão distribuídos nos próprios processos operacionais da Companhia, não possuindo, portanto, uma estrutura e controle centralizado. Através dos indicadores de desempenho, a Administração identifica tais riscos e as medidas tomadas para minimizá-los, ocorrendo necessidade de intervenção, esta é direcionada a cada gestor do patrimônio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia. Todas as estratégias para contorno dos riscos foram implantadas ou estão sendo implantadas, como por exemplo, a renovação da Licença Serviços de Distribuição de Sinais TV / Áudio para Assinatura via Satélite, que já está sendo tratada junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não aplicável, pois a Companhia entende que não há outras informações relevantes relacionadas a este item.

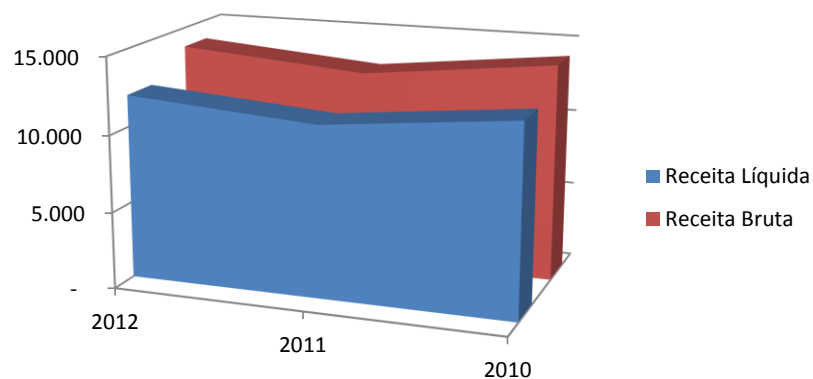
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

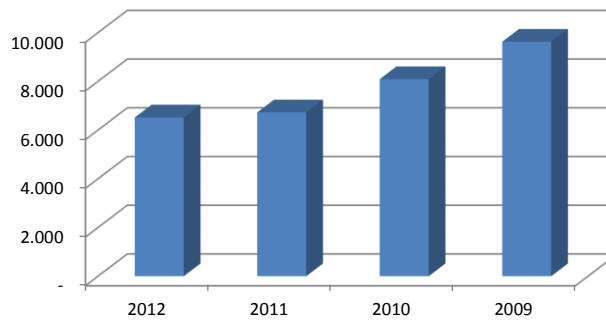
A Companhia encontra-se num momento bastante favorável, no cenário interno tem auferido resultados cada vez mais expressivos, culminando na geração de lucro no último exercício, no cenário externo realizou profunda análise de mercado, demonstrando um grande potencial de crescimento.

Fazendo referência ao cenário interno analisamos as principais variáveis de desempenho:

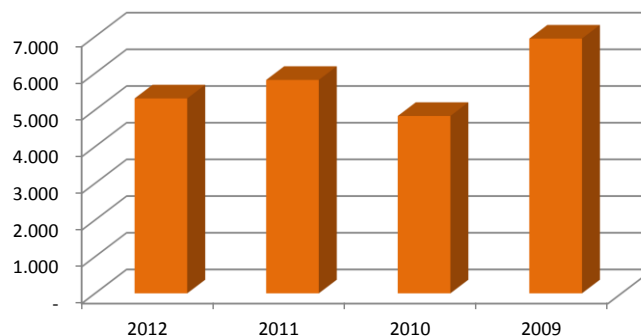
- a) Receita – a Companhia oferece soluções de comunicação e capacitação a distância ao mercado corporativo. O modelo de negócio baseia-se na implantação e operação de serviços contínuos, suportados por contratos de prestação de serviços com, no mínimo, 12 (doze) meses de vigência. Desta forma, à medida que a empresa consegue ampliar sua carteira de clientes, sua receita cresce proporcionalmente. Quanto mais complexo for o projeto, mas difícil torna-se uma descontinuidade do mesmo, pois tais serviços acabam sendo incorporados na operação do cliente, por esta razão a Dtcom possui clientes que permanecem em sua base desde 2001. Neste sentido, ao analisarmos o comportamento desta variável nos últimos 03 exercícios perceberemos que houve uma pequena queda de receita entre o período de 2010 e 2011, fruto do término de um projeto específico, contudo em 2012 já houve um movimento de recuperação deste volume, tendo a Companhia faturado R\$ 13.719 em 2012, frente a R\$ 12.733 em 2011, crescimento de 8% (oito por cento).



- b) Custo – do ponto de vista de custo, a empresa possui uma estrutura fixa de manutenção do seu parque tecnológico e uma estrutura variável relacionada a produção de conteúdos de capacitação e prestação de serviços. Do ponto de vista dos custos fixos, a Companhia vem ao longo do tempo empregando esforços para otimização de seus recursos, seja com investimentos tecnológicos que reduzem o custo operacional, seja com otimização dos processos de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Custo Serviços Prestados**

- c) Despesas – no aspecto despesa, a Companhia já havia realizado uma reestruturação organizacional em 2008, o que reduziu significativamente o volume de despesa operacional, mesmo assim, continuou revendo seus processos, otimizando seus custos, conseguindo uma economia de 9% (nove por cento) em 2012, se comparado a 2011 e de 23% (vinte e três) por cento, se comparado a 2009.

Despesas Operacionais

- d) Ebtida – esta foi uma das maiores conquistas da Companhia desde 2008, a manutenção do resultado operacional positivo, o que demonstrou a viabilidade do negócio, mas, além disto, principalmente, a tendência de geração de resultados cada vez mais expressivos.

	2012	2011	2010	2009
Prejuízo líquido do exercício	231	(1.393)	(503)	(1.477)
(+) Depreciação/amortização	1.757	1.709	1.213	1.900
(+) Resultado financeiro líquido	1.582	1.408	1.091	1.484
LAJIDA (EBITDA)*	3.570	1.724	1.801	1.907

Desta forma, identifica-se um crescimento significativo deste índice ao longo do período, chegando a dobrar de volume no período de 2011 para 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Desempenho Econômico-Financeiro (Em milhares de reais)	2012	2011	2010
Volume de Vendas			
Transmissão de sinal via satélite	4.960	6.288	4.475
Prestação de serviços	8.759	6.445	9.643
Receita Bruta	13.719	12.733	14.118
Receita Líquida	12.061	11.149	12.422
Custo dos serviços prestados	(6.517)	(6.725)	(8.090)
Lucro Bruto	5.544	4.424	4.332
Margem Bruta	46%	40%	35%
Despesas administrativas e gerais	(1.844)	(2.088)	(2.179)
Despesas com vendas	(1.859)	(2.207)	(2.564)
Honorários da administração	(442)	(533)	(537)
Total de despesas operacionais	(4.145)	(4.828)	(5.280)
Despesas financeiras líquidas	(1.582)	(1.408)	(1.091)
Outras receitas (despesas) operacionais	414	419	1.536
EBITDA	3.570	1.724	1.801
DÍVIDA BANCÁRIA / EBITDA	29,6%	15,5%	14,5%
Prejuízo Operacional Antes do IR e da CS	231	(1.393)	(503)

Desta forma, a Companhia consegue em 2012 auferir lucro operacional positivo, esta tendência demonstra uma consolidação do negócio, num momento que os próprios mercados de Comunicação e EaD estão aquecidos. Este cenário infere grandes expectativas da Administração ao negócio, pois com a eficiência operacional conquistada pela empresa, o crescimento da receita implicará em resultados operacionais ainda mais expressivos.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 54.110 mil (idem em 31 de dezembro de 2011), e está representado por 52.884.310 (idem em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias e 3.247.500 ações preferenciais, sem valor nominal, nominativas não endossáveis, conforme tabela a seguir:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total Ações	
	#	Partic.	#	Partic.	#	Partic.
LEONARDO PETRELLI NETO	6.858.390	12,97%	139.250	4,29%	6.997.640	12,47%
RIC EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA S.A.	5.609.178	10,61%	1.009.202	31,08%	6.618.380	11,79%
MARIO JOSE GONZAGA PETRELLI	5.284.849	9,99%	459.306	14,14%	5.744.155	10,23%
MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA	3.799.446	7,18%	77.142	2,38%	3.876.588	6,91%
AUGUSTUS ADMINISTRACAO S/A	9.282.246	17,55%	959.811	29,56%	10.242.057	18,25%
F MOTA ADMINISTRACAO E EMPREENDIMENTOS	2.127.261	4,02%	236.029	7,27%	2.363.290	4,21%
OURO VERDE INVESTIMENTOS E	18.063.851	34,16%	366.760	11,29%	18.430.611	32,83%
MONICA MOLINA FALLETTI	10	0,00%	-	0,00%	10	0,00%
JOÃO ELISIO F. CAMPOS	1	0,00%	-	0,00%	1	0,00%
DEMAIS ACIONISTAS	1.859.078	3,52%	-	0,00%	1.859.078	3,31%
TOTAL	52.884.310	100%	3.247.500	100%	56.131.810	100%

As ações não possuem valor nominal e pertencem a acionistas domiciliados no país.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(i) hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Sociedade entende que esta possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A capacidade de pagamento da Companhia vem melhorando gradativamente ao longo do período, as reduções significativas do seu endividamento, a melhora contínua da performance operacional, corroboraram para a melhoria do desempenho financeiro da Companhia.

	2012	2011	2010	2009
Passivo Circulante	5.574	5.476	5.826	8.416
	5.574	5.476	5.826	8.416

Com relação ao próprio endividamento, a Companhia adotou algumas ações de alongamento da dívida, com adesão aos parcelamentos Estaduais junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Paraná e do Rio de Janeiro, Parcelamentos Federais contemplando os débitos vencidos de PIS, COFINS, IRRF e CSRF e Parcelamento de INSS.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Quando necessário, captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades. Contratamos empréstimos junto a bancos comerciais e bancos de fomento. Sempre buscamos manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros.

	2012	2011	2010	2009
Empréstimos e financiamentos	1.236	1.732	2.526	2.854
	1.236	1.732	2.526	2.854

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que nossa liquidez supera o mínimo necessário para sustentar adequadamente os nossos negócios, sendo nosso capital de giro suficiente para as nossas necessidades atuais.

Acreditamos, também, que podemos contar com fontes adicionais de recursos, caso necessário, por meio de financiamentos bancários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento da empresa nos anos de 2010, 2011 e 2012:

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	2012		2011		2010	
		Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>							
Paraná Banco S.A.	17,31					1.153	384
Banco A.J. Renner	21,69	347	405	309	618		
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>							
Caixa Econômica Federal		1					
Banco Sudameris Brasil S.A.	72,60			96			
Banco Bradesco S.A.	79,59			4		64	
Banco ABC Brasil S.A.	60,00	98		99			
Banco HSBC S/A		2		7			
Banco Bradesco S/A - Flex	79,59	194					
<u>Financiamentos</u>							
Leasing - Real Leasing S.A.	16,80					1	
Leasing - Real Leasing S.A.	17,38					2	
Leasing - Real Leasing S.A.	18,58			19		33	19
Leasing - BIC Arrendamento Mercantil S.A. CDI + 9,60		189		406	174	358	512
		831	405	940	792	1.611	915

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A empresa não tem outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 15 o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 5% sobre o Patrimônio Líquido do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração.

A Companhia também pode recorrer a partes relacionadas para a obtenção de empréstimos, com base em contratos e sujeitos a juros, no intuito de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com relação aos contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 não havia restrição especificada de limites de utilização dos recursos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Análise das Contas Patrimoniais**

As principais linhas do balanço patrimonial da Companhia são:

Principais Contas de Ativo:

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

Essa conta tem como redutora a provisão para devedores duvidosos, constituída de acordo com os critérios contábeis legalmente aceitos.

Clientes	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Públicos	1.416	1.339	1.410
Privados	838	587	503
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.030)	(1.025)	(1.010)
	1.224	901	903

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 20 dias.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é composto, substancialmente, por valores em atraso de 180 dias.

Impostos diferidos ativos

O Ativo Não Circulante da Companhia é composto pela provisão de IRPJ e CSSL Diferidos em função da reavaliação de ativos realizadas em 2003 e 2007 e outros créditos. Em 2010 estas contas representavam o saldo de R\$ 328 mil e R\$ 25 mil, respectivamente, em 2011, tais saldos foram R\$ 212 mil e 2012, tais saldos foram R\$ 95 mil. A redução do saldo da conta de IRPJ e CSSL Diferidos são devidas em função da realização da depreciação acumulada dos bens reavaliados.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia é composto principalmente por terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, instalações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, utilizados na operação da Companhia.

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (Impairment test).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

À partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Terrenos		154	175	601	930	930	930
Edificações	2% e 10%	773	189	186	1.148	1.135	1.135
Móveis e utensílios	10%	575	164	185	924	917	903
Equipamentos de som e imagem	10%	3.615	3.756	1.578	8.949	8.803	8.641
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	4.337	2.489	1.859	8.685	8.257	7.989
Equipamentos de informática	10%	1.016	1.096	127	2.239	2.216	2.153
Veículos	10%	34		1	35	35	35
Outros itens		248	29	23	300	300	300
					23.210	22.593	22.086
(-) Depreciação acumulada					(15.263)	(14.076)	(12.931)
					7.947	8.517	9.155

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado, suportada por laudo de empresa especializada legalmente habilitada, conforme 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2003. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei Nº 6.404/76.

No exercício de 2007 a Companhia reavaliou seus ativos imobilizado e intangível. A reavaliação está suportada por trabalho realizado por perito legalmente habilitado, e consequente laudo de avaliação. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, incluindo a provisão dos efeitos fiscais equivalentes, bem como aprovado na 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007. Ato contínuo, em observação ao item 44 da Deliberação CVM 183/95, a Companhia visou resguardar o valor recuperável dos seus ativos, alinhando-se, inclusive ao que dispõe a Lei nº 11.638/07, com relação ao *impairment*, e ao Pronunciamento Técnico CPC 01, a Administração solicitou revisão dos procedimentos de avaliação, obtendo uma redução em relação aos montantes apresentados anteriormente. Essa foi aprovada na 44ª Reunião do Conselho de Administração, de 29 de abril de 2008, para ser posteriormente retificada em nova AGE.

A Companhia tomou a decisão de manter os saldos da reavaliação efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, até a sua efetiva realização, alinhando-se ao que dispõe a Lei 11.638/07 e Instrução CVM nº 469/08.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos imobilizados (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 1º.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22.12.2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

Intangível

Os valores do ativo intangível acervo técnico referem-se aos cursos de capacitação produzidos pela Companhia a serem disponibilizados aos seus clientes através de seus canais corporativos. Nas demonstrações contábeis foram reconhecidos somente os cursos produzidos a partir do exercício de 2006.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Software	10%	806	270	284	1.360	1.341	1.192
Programa ensino site	20%	250			250	250	250
Acervo Técnico	10%	2.277	111	836	3.224	3.224	3.224
Gastos com concessões	5%	777			777	777	777
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	624			624	624	624
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.276			1.276	1.276	1.276
Outros itens		48			48	46	40
Intangível em andamento		1.556			1.556	1.073	517
					9.115	8.611	7.900
(-) Amortização acumulada					(3.896)	(3.335)	(2.781)
					5.219	5.276	5.119

Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Os valores do ativo intangível acervo técnico referem-se aos cursos de capacitação produzidos pela Companhia a serem disponibilizados aos seus clientes através de seus canais corporativos. Nas demonstrações contábeis foram reconhecidos somente os cursos produzidos a partir do exercício de 2006.

Os valores registrados no ativo intangível referem-se principalmente aos gastos com concessão para exploração do serviço de transmissão de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite (DTH) no território nacional, por Banda KU, através de licitação específica, efetivada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme ato nº. 488 de 10 de julho de 1998, conforme licença para funcionamento de estação nº. 607654830, vigente até 13 de julho de 2013.

Os gastos pré-operacionais administrativos e com divulgação, referem-se a gastos pré-operacionais de investimentos de imagem e remodelagem de produtos, incorridos até 30 de novembro de 2000.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Principais Contas do Passivo:

Passivo Circulante

Compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Empréstimos

É composto por empréstimos e financiamentos firmados com Bancos, registrado pelo principal mais taxa de juros de acordo com cada contrato.

Salários e Encargos

A linha de salários e encargos é composta por salários a pagar, provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos, Instituto Nacional do Seguro Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço a pagar, todos provisionados de acordo com a competência das despesas.

Impostos diferidos passivos

Os impostos passivos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias. Foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

A Companhia continua empreendendo esforços para redução do endividamento de curto e longo prazo. O endividamento bruto, que inclui o valor do principal e dos juros incorridos, totalizou R\$ 10.874 em 2012, 3% inferior ao montante de 2011 de R\$ 11.210 e 8% inferior ao montante de 2010 de R\$ 10.893, conforme quadro abaixo:

	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Passivo Circulante	5.574	5.476	5.826
Passivo Não Circulante	5.300	4.562	5.067
Patrimônio Líquido	4.828	5.823	5.871
	15.702	15.861	16.764

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia registrou no exercício 2012 um aumento em torno de 8% na receita se comparado ao exercício de 2011.

No exercício de 2011 foi registrada uma pequena queda no seu nível de receita em torno de 11% em relação ao exercício de 2010. Esta redução justificou-se em razão do encerramento de alguns projetos, que tinham forte impacto na receita.

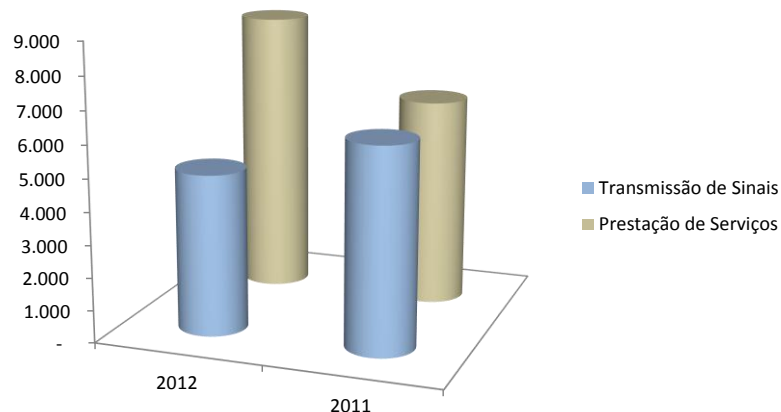
Desempenho Econômico-Financeiro (Em milhares de reais)	31.12.2012	31.12.2011	2012/2011	2010	2011/2010
Volume de Vendas					
Transmissão de sinal via satélite	4.960	6.288		4.475	
Prestação de serviços	8.759	6.445		9.643	
Receita Bruta	13.719	12.733	8%	14.118	-11%
Receita Líquida	12.061	11.149		12.422	

No comparativo de 2011 para 2012 houve uma inversão de importância, em 2011 havia um equilíbrio entre a participação da receita de transmissão de sinais e de prestação de serviços em relação à receita total, 49% e 51%, respectivamente, entretanto, em 2012 o faturamento com transmissão de sinais caiu 21% em relação a 2011 e com prestação de serviços cresceu 36% no mesmo comparativo, cuja representatividade na receita total ficou 39% e 69%, respectivamente.

Esta análise nos aponta dois cenários:

Fluxo de transferência da tecnologia satélite para internet – mesmo que ainda tímido, percebe-se um movimento inicial de migração das soluções de satélite para internet, principalmente quando se trata de soluções de capacitação. Características como flexibilidade, disponibilidade, fazem com que a tecnologia web seja preferida para consumo de soluções desta natureza. A solução de satélite tem uma forte aderência quando trata da solução de comunicação, onde o tempo real e a dispersão geográfica são fatores primordiais.

Geração de serviços adicionais – forte influência no comportamento da receita, a Dtcom através de um programa mais efetivo de aproximação à sua base de clientes, conseguiu gerar novos serviços dentro da sua carteira de clientes, além de atrair novos clientes em razão de projetos já implantados.



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

No exercício de 2012 a Companhia continuou empreendendo políticas austeras de equilíbrio operacional. Devido às novas adequações de recursos, pôde equalizar seu nível de despesa aos patamares de receita operacional e buscar gradativamente melhorar a rentabilidade do negócio.

Os custos dos serviços prestados totalizaram o montante de R\$ 6.517 no acumulado de 2012, aproximadamente 3% abaixo dos R\$ 6.725 no acumulado de 2011.

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
<u>Custos dos serviços prestados</u>				
. Pessoal	1.412	1.591	1.241	1.194
. Reversão (Provisão) para contingências trabalhistas		(322)	183	5
. Energia elétrica	110	92	92	93
. Locação de satélite	1.010	1.354	2.515	2.555
. Cartões de acesso condicional			85	11
. Instalação e manutenção de rede privada	494	441	977	1.125
. Produção de conteúdo/gravação	471	283	126	273
. Serviços de terceiros com transmissão	852	1.059	1.005	1.033
. Serviços de terceiros	510	525	583	1.513
. Depreciações e amortizações	1.563	1.501	897	1.585
. Outros custos	95	201	386	238
Total dos custos dos serviços prestados	6.517	6.725	8.090	9.625

Do ponto de vista das despesas operacionais, a Companhia conseguiu auferir redução de 9% em relação a 2011 e 23% no comparativo com 2009.

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Despesas administrativas e gerais	1.844	2.088	2.179	1.778
Despesas com vendas	1.859	2.207	2.564	3.760
Honorários da administração	442	533	537	238
Despesas financeiras líquidas	1.582	1.408	1.091	1.484
Outras receitas operacionais	(414)	(419)	(1.536)	(316)
Total receitas (despesas) operacionais	5.313	5.817	4.835	6.944

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais impactos nas variações de receita entre os exercícios de 2010, 2011 e 2012 são explicados em decorrência de:

- (i) Política austera de fidelização de seus clientes, através da intensificação de ações de comunicação e relacionamento, o que garantiu a base de faturamento;
- (ii) Ciclo de execução dos projetos, tendo impacto no nível de receita, seja na sua implantação quanto em seu encerramento;
- (iii) A Companhia define suas mensalidades com base em sua estrutura de custos e análises de mercado. Em geral, a Companhia atualiza seus preços anualmente de acordo com o aumento de custos;
- (iv) Oferta de serviços agregados à base de clientes, aumentando o ticket médio por cliente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

Não temos grande exposição às variações cambiais, e os reajustes de preços dos insumos, sempre que possível, são repassados aos preços.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia desenvolve suas atividades mediante concessão para operação de transmissão de sinal de satélite por parte da ANATEL. A licença normalmente é concebida por períodos de 10 (dez) anos. A Companhia já está em tratativa com a ANATEL para nova concessão de licença para continuidade das suas operações.

A Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional. Dessa forma, a Companhia não possui ou possuirá nenhum tipo de alteração nas demonstrações financeiras decorrentes da introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c. Eventos ou operações não usuais

Nos últimos três exercícios sociais não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/2001, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – C.P.C., bem como as alterações oferecidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

Por determinação da Comissão de Valores Mobiliários o saldo de 31 de dezembro de 2011 sofreu modificação devido à reclassificação nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Foram reclassificados para a conta “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” no Passivo Não-Circulante o montante de R\$ 1.172 milhões.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a Legislação Societária Brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante os exercícios de 2009 e de 2010 foram emitidos 43 novos pronunciamentos técnicos (CPCs), 15 interpretações técnicas (ICPCs) e 3 orientações técnicas (OCPC's) pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs, ICPCs e OCPC's que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando se suas operações são:

CPC	Título
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

ICPC	Título
3	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
4	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
5	Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
8	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo
9	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento
12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares

OCPC	Título
2	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008
3	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

A Administração da Companhia aplicou o CPC 26, CPC 27 (vide nota 2) e CPC 32 na preparação das demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2010 e 2011. Em função de não haver fato gerador das operações relacionadas aos demais referidos CPCs, não estão sendo comentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pelas Lei 11.638 e Lei 11.941.

De acordo com o parecer dos auditores independentes as demonstrações financeiras de 2012, 2011 e 2010 representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiências histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A

Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**c. Ativos circulante e não circulante**

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

- Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (*Impairment test*).

À partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

- Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível (*Impairment test*).

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**e. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisão para perdas na realização de créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

h. Instrumentos financeiros

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Desde sua criação, a Companhia tem se preocupado em assegurar a eficiência e a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras. Os Diretores avaliam como satisfatório o grau de eficiência atual de seus controles internos.

A Companhia acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade. A DTCOM é uma Companhia enxuta que detém total controle sobre suas operações. Com um efetivo sistema de controle de processos, a Companhia adota o procedimento de realizar auditorias periódicas de controles internos.

Certificada pela ISO 9000, a Companhia conta com equipe multidisciplinar que analisa sistematicamente a eficiência dos processos e toma as ações necessárias para corrigir eventuais desvios.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras individuais da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não identificaram a presença de deficiências ou fraquezas materiais em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem comprometer a confiabilidade sobre as demonstrações financeiras. As recomendações, quando dadas pelos auditores são analisadas e, considerando-as pertinentes, implementadas na Companhia.

A Administração da Companhia entende que possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não fez oferta pública de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não fez oferta pública de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não fez oferta pública de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há qualquer transação não contabilizada no balanço da Companhia referente aos 3 últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes que não estão evidenciados nas demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. Natureza e o propósito da operação

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que possam ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.